

# CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

---

## A EMANCIPAÇÃO IBERO-AMERICANA E O INTERESSE ECONÔMICO NO SEU RECONHECIMENTO.

A contribuição da obra de M. Kossok (1).

---

MANOEL LELO BELLOTTO

Professor de História da América da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP).

O notável historiador alemão, autor do *El Virreinato del Río de la Plata, su estructura económica y social* e outros estudos latino-americanos, com o mesmo cuidado e profundidade, presenteia-nos agora com esta arguta análise dos interesses econômicos que envolvem os países europeus signatários da Santa Aliança (França, Inglaterra, Rússia, Prússia e Áustria), os Estados Unidos, Espanha, Portugal e suas colônias americanas, em seu período revolucionário. Ênfase é dada ao comércio hanseático com os nórdicos países e toda a trama política européia que o cerca. O caso do reconhecimento da independência, notadamente a do Brasil, recebe igual destaque.

O clima para as Revoluções de independência foi propiciado pelas próprias metrópoles portuguesa e espanhola, com suas reformas político-administrativas conseqüentes do Despotismo esclarecido e do crescimento do capitalismo comercial. Acresce-se ainda a influência benéfica dos teóricos da economia que, aliada a medidas práticas, permitiram melhor aproveitamento econômico colonial e sua decisiva participação no mercado capitalista mundial.

O regime administrativo abrandou-se e a estrutura social modificou-se à medida em que se desenvolveu o impulso comercial. Papel e atuação das classes dominantes nos movimentos revolucionários, assim como as influências político-ideológicas são estudadas, trazendo Kossok os testemunhos de especialistas do porte de Soboul (*Précis d'Histoire de la Revolution Française*), Vicens Vives (*Historia social*

---

(1). — KOSSOK (Manfred), *Historia de la Santa Alianza y la emancipación de America latina*. Ed. Sílabá (Buenos Aires) (1968). 300 pp.

*de España*), Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Marx (*La España Revolucionaria*) e Robertson (*Rise of Spanish American Republics*).

Após o Congresso de Viena era tenso e contido o equilíbrio político ocidental. A Espanha recorreu à Inglaterra, Rússia, França, Áustria e Prússia para a resolução diplomática da invasão portuguesa no Prata (1816). D. João VI justificou a medida como estratégia que visava rechaçar os revolucionários platinos até que Espanha pudesse fazê-lo, tudo dentro do melhor espírito do Congresso. A solução preconizada devia ser a pacífica, devido aos interesses em jogo, principalmente os ingleses que desejavam assegurar seu próprio comércio e o da Inglaterra em nosso continente. Inúmeras foram as sugestões e projetos sugeridos como solução. A que melhor acolhida por parte das potências merecia, era a de que Espanha, para resolver sua crise colonial, estabelecesse uma ou mais monarquias independentes, ocupadas por famílias reais européias, na América. Com isto concordava D. João VI, que propunha mesmo sua retirada da Cisplatina se tal fato se desse. Candidatos multiplicavam-se, apresentados pelas potências interessadas. Áustria e Prússia como mediadoras sentiam-se pressionadas pela Rússia, que procurava segurança contra a Inglaterra. A pressão cresceu tanto que Viena, Berlim e mesmo Madrid passaram a temer uma intervenção militar czarista. Ela deu-se efetivamente, mas com outro cunho: após o Tratado Naval de 1817,

“Alexandre I se comprometeu a pôr à disposição da Espanha navios russos para uma expedição armada à América do Sul”;

porém, de tal forma estavam os navios mal preparados para a navegação atlântica, que danificaram-se todos, ao início da viagem, em 1818, nem chegando ao destino.

O comércio exterior, elemento insubstituível da economia capitalista, estava em jogo. Fabricantes, banqueiros e comerciantes das províncias renanas passaram a interessar-se pelo mercado centro e sul-americanos. O dilema para Áustria e Prússia era que

“ao preservarem o princípio da legitimidade viram afetados seus interesses comerciais...”.

O meio de salvar a situação era romper a ambigüidade da Santa Aliança que, não pensava nem em intervenção armada nem em reconhecimento da nova ordem revolucionária. Apoiar as quiméricas pretensões da Espanha, de recuperar suas colônias, ou levar adiante seu interesse mercantil?

Os acontecimentos americanos deixaram, em 1820 de ser o fulcro central das preocupações européias: a onda revolucionária liberal atingiu Espanha, Portugal, Grécia e Itália e desviou, pelo menos temporariamente, a atenção da Santa Aliança.

Consagra Kossok dois capítulos, totalizando 14 páginas, ao ano de 1822, que ele considera marcante para a história político comercial do continente. A 3 de junho as cidades hanseáticas restabeleceram suas relações comerciais com a América do Sul. Os fatores principais de tal “viragem” foram: a independência de grande parte do território e o respectivo apóio norte-americano; a impossibilidade de reação político-militar espanhola, alquebrada que estava pela sua revolução (1820-1822) e o *Manifiesto del ministro plenipotenciario de la República de Colombia a los gabinetes de Europa* (8-4-1822).

Do ponto de vista político, o ano de 1822 representa para Espanha, após a vitória da Revolução Liberal e das derradeiras independências, sua total perda do continente americano. Entretanto, Fernando VII, em abril daquele ano no *Manifiesto del Gobierno Español a las potencias extranjeras sobre la Independencia de las Americas* ainda teimava em

“conciliación pacífica del conflicto con las colonias”

e exortava aos países europeus a que não reconhecessem as colônias insurrectas. A redação dentro da Santa Aliança era de total apóio às reivindicações espanholas, começando pela Rússia, seguindo-se a Áustria e Prússia. A pressão interna na Inglaterra era para que o país abandonasse as idéias ultrapassadas da Aliança. Realmente, Wellington apresentou ao Congresso de Verona o direito da Inglaterra reconhecer de fato a tôdas as repúblicas com as quais, há anos, já mantinha relações comerciais.

“Como a Espanha era incapaz de solucionar pacificamente seu conflito com as colônias e de proteger o comércio inglês contra a pirataria e outros abusos, Inglaterra foi forçada — *nolens volens* — a colaborar com as autoridades locais que controlam os portos e as costas destas partes do continente americano” (p. 132).

A Rússia concordava com tal, mas separava bem o comercial do político e continuava a negar o reconhecimento. A Áustria contestava que, se reconhecesse as colônias estaria reconhecendo o regime liberal imposto a Fernando VII. Ela só aceitaria o novo *status* americano se a Espanha o fizesse. A Prússia também não concordava em reconhecer

“estados surgidos diretamente da rebelião e anarquia”.

A opinião francesa aproximava-se da russa: salvaguardar o comércio mas não reconhecer uma

“ordem política contrária a que reinava na Europa”.

Estava posta, pois a questão: a Santa Aliança cindida. Rússia, França, Prússia e Áustria, contra a Inglaterra (Canning) que se aproximava, teoricamente dos Estados Unidos (Monroe), embora à primeira interessasse domínio econômico-comercial e ao segundo, político e territorial.

A propósito da invasão de 1823, diz Kossok:

“A suja guerra da França, em nome da Santa Aliança contra o país que tinha cometido o “crime” de tratar de liquidar uma agonia feudal de trezentos anos, significava uma grave derrota para Canning” (p. 137).

Mas, êste, salvaguardando-se, tratava de forçar a opinião pública internacional a julgar como intervenção da Santa Aliança a invasão francesa em Espanha e mostrar o quanto ela era perigosa. Entrementes sobreveio a Doutrina de Monroe e a Inglaterra perdeu completamente o papel que nem chegara a representar de

“protetora da liberdade das novas republicas”.

Ainda mais, foi acusada por França de

“trair o espírito de Waterloo” (p. 143)

e de interessar-se única e exclusivamente pela colocação de seu produto industrial.

A Doutrina de Monroe (1823) foi uma afronta à Santa Aliança (que chegava a ser sinônimo de Europa), na sua afirmação de impossibilidade definitiva das antigas metrópoles recolonizarem a América. O Relatório Gentz (austríaco), relativo à Doutrina de Monroe, é comentado e citado em longos trechos.

A solicitação espanhola para uma convocação de seus aliados para uma nova tentativa de solução foi recusada por Canning. Então, o perigo da Inglaterra (embora ela estivesse ausente) tornou-se, praticamente, o tema central da Conferência de Paris (agosto 1824-julho 1825). A conclusão a que a mesma chegou foi totalmente fora da realidade: aconselhar Madrid a administrar melhor e facilitar o comércio de suas colônias.

“Mas, existiam, em 1825, realmente colônias a administrar?” (p. 159).

Os protestos aliados contra a Inglaterra e os Países-Baixos (que tinham admitido um representante diplomático colombiano) cresceram através de declarações, notas e instruções à diplomacia, imprensa e opinião pública.

Colocava-se agora a questão dos Estados Unidos no Caribe. As posições dos aliados divergiam quanto ao problema, altamente prejudicial tanto aos interesses econômicos quanto aos políticos respectivos. A Doutrina de Monroe mostrava o quanto seus princípios democráticos eram puramente formais.

Em 1823, marco do rompimento definitivo da Inglaterra com a Santa Aliança, eram alarmantes aos seus aliados os rumores de que ela ia reconhecer as independências sul-americanas e mexicana (o que efetivamente se deu a 15 de dezembro de 1824, quando a Inglaterra reconheceu oficialmente os govêrnos de México, Colômbia e Buenos Aires).

Não obstante, o desejo de respeitar os

“direitos invioláveis do rei da Espanha e os princípios das côrtes aliadas”

era grande a tentação comercial que a América oferecia. A Hansa via-se em meio à duas forças: o intercâmbio comercial com o Nôvo Mundo e a pressão diplomático-política, em contrário.

As conversações entre as cidades hanseáticas e o México, suas etapas européias e diplomáticas, nem sempre favoráveis, colimaram com o estabelecimento de um comércio regular e satisfatório, que estendeu-se também às nações com quem passaram a estabelecer tratados comerciais: a Gran Colômbia, as Províncias Unidas do Prata e Chile.

O capítulo IX: “Da Colônia ao Império” ocupa-se dos acontecimentos brasileiros de 1822 e a questão do reconhecimento da independência a partir do estadunidense. Demora-se o autor sôbre a figura de George Antônio von Schaffer, um dos representantes designados por Pedro I para a Alemanha. Sua vida, afirma,

“reflete os efeitos combinados da mentalidade alemã e brasileira, mas matizados por aspectos desagradáveis (p. 213), melhor explicados, adiante, por “bêbado incorrigível” e “vulgar impulso de aventura”.

Sua biografia é exposta desde o nascimento na Baixa Francônia, o estudo da Medicina, as expedições exploradoras à Oceania, as atividades de fazendeiro, médico, naturalista e diplomata, tudo já no Brasil. Recebeu várias instruções em agosto de 22 e dentre elas a tentativa de recrutar colonos e soldados (dados à p. 233, 241 e segs.). Tentou também obter outras vantagens para o Brasil, por sua conta, mas a respeito do reconhecimento da independência, sua obrigação primordial, pouco conseguiu. Os estados alemães do Norte, Ocidente e Sudoeste, aos quais não se oferecia o problema do reconhecimento, passaram a assinar tratados diplomáticos e comerciais com o Brasil: Bremen, Lubeck, Hamburgo e Hanover. Empenhou-se Schaffer na imigração de colonos para o Brasil e, efetivamente, em maio de 1823 partia o primeiro contingente. Mal visto no Brasil, sofria Schaffer, também por parte dos estados alemães, acusações, contra o que chamavam

“recrutamentos ilegais para a emigração para o Brasil”,

prejudicando-lhes a mão-de-obra industrial. Aliados ainda à Prússia, trataram de

“desmascarar o sr. Schaffer”, verdadeiro, diziam, “negreiro de escravos brancos” (p. 227).

A idéia de que o Brasil, tendo culminado o seu processo de independência em uma monarquia, poderia ser o

“elemento mais adequado para uma integração monárquica na América Latina”,

não animou Metternick. A êste, o problema delineava-se como até que ponto a

“sublevação brasileira era compatível com o princípio legitimista e que caráter possuía o título de imperador detido por Pedro?” (p. 249).

As potências esperariam o reconhecimento português para poder oferecer o seu. Havia nêsse caso a vantagem da relação dinástica, o que tornava o problema brasileiro bem diverso do hispano-americano. Assim sendo, era do interêsse de Pedro ouvir as ponderações austríacas de que uma sua política anti-portuguesa só prejudicaria um reconhecimento por parte da Santa Aliança, o que era do desejo do jovem imperador.

As difreenças entre a Áustria e a Rússia acentuavam-se diante do caso do nosso país. O princípio legitimista era rigidamente considera-

do por Alexandre I que temia que Metternick, sob a influência da Ing'laterra e da imperatriz austríaca do Brasil pudesse trair as idéias legitimistas. O jôgo duplo da França visava assegurar o comércio no Brasil e não perder sua posição entre os aliados. A verdade é que a Santa Aliança pouco podia acreditar na consistência da monarquia brasileira, uma

“suposta monarquia em vias de converter-se em república jacobina”

no dizer do ministro austríaco.

Finalmente, a 29 de agosto de 1825, Portugal reconhecia o Brasil e a Áustria logo o seguiu. A Prússia o fez em 1826. Tratados comerciais seguiram-se, um e dois anos depois. Apesar disso, os países europeus viam dificultadas suas relações comerciais com o Brasil, pois a hegemonia inglesa era considerável. A Hansa, em 1826, pressionava as potências européias para maior facilidade para seu comércio. Na América espanhola, onde não tão fundamente fincara a Inglaterra seu pé, fôra maior o êxito hanseático. Assim mesmo Hamburgo assumiria no Brasil um papel de destaque, o que desgostara Bremen e Lubeck; mas apesar de tudo, foram juntas que iniciaram as negociações e em 1827 consumou-se o Tratado de Comércio.

As vinte objetivas conclusões com que Kossok encerra sua obra, demonstraram claramente que a intervenção das grandes potências na questão americana visava: *domínio de mercado* (Inglaterra), *domínio de influência* (Estados Unidos), *equilíbrio mundial*, abalado pelo período napoleônico e a ser refeito nos velhos padrões (Santa Aliança) e conquista de *novas posições comerciais* (Hansa). No seio dos próprios aliados os conflitos obedeciam, principalmente, às suas diferentes maneiras de tentar obter o equilíbrio e a paz européias, mas não conseguindo superar as suas rivalidades particulares anteriores à própria Aliança.

Versando sobre um tema dos mais estudados — as independências dos países americanos —, sob um aspecto poucoíssimo abordado — os bastidores europeus na trama do reconhecimento e o interesse comercial em jôgo — vem Manfred Kossok preencher, na historiografia latino-americana, uma grande lacuna e abrir horizontes para novos estudos a respeito.